

O ESPECTRO IDEOLÓGICO LATINO-AMERICANO DIANTE DA ASCENSÃO DA DIREITA: análise das propostas de governo de Pedro Pablo Kuczynski

THE LATIN AMERICAN IDEOLOGICAL SPECTRUM BEFORE THE RIGHT ASCENSION: analysis of Pedro Pablo Kuczynski's government proposals

EL ESPECTRO IDEOLÓGICO LATINOAMERICANO ANTE LA ASCENSIÓN DE LA DERECHA: análisis de las propuestas de gobierno de Pedro Pablo Kuczynski

DEBATES

Camilo Negri

Doutor em Ciências Sociais
Universidade de Brasília - UnB, Brasil
camilonegri@gmail.com

Lucas Araújo Monte

Doutorando em Estudos Latino-Americanos
Universidade de Brasília -UnB, Brasil
lucas.monte.bsb@gmail.com

Texto recebido aos 08/08/2018 e aceito para publicação aos 30/12/2018

Resumo:

A partir dos debates estabelecidos no seminário "A esquerda no presente: Diálogos América Latina e Europa", realizado na Universidade de Brasília em outubro de 2017, este texto analisa as propostas de governo de Pedro Pablo Kuczynski reflete sobre o espectro ideológico latinoamericano diante da ascensão da direita.

Palavras-chave: esquerdas mundiais. disputas políticas. América Latina. ascensão da direita.

Resumen:

A partir de los debates establecidos en el seminario "La izquierda en el presente: Diálogos América Latina y Europa", realizado en la Universidad de Brasilia en octubre de 2017, este texto analiza las propuestas de gobierno de Pedro Pablo Kuczynski y reflexiona sobre el espectro ideológico latinoamericano ante el la " ascenso de la derecha.

Palabras clave: izquierdas mundiales. las disputas políticas. América Latina. ascenso de la derecha.



This work is licensed under a Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Abstract:

From the debates established at the seminar "Left in the Present: Dialogues Latin America and Europe", held at the University of Brasilia in October 2017, this text analyzes the proposals of the government of Pedro Pablo Kuczynski and reflects on the Latin American ideological spectrum before the right ascension.

Keywords: world lefts. political disputes. Latin America. right ascension.

A partir de 2013, após quase duas décadas de predominância de governos identificados como de esquerda (ou progressistas) na maior parte dos países latino-americanos, uma reconfiguração significativa do espectro político-ideológico se torna evidente na região. O crescimento de partidos e representantes da direita eleitos presidentes em países como o Paraguai, Argentina, Peru, Chile e Brasil é um o principal indicativo da intensidade da reversão, que também ocorre em países de outras regiões. Mesmo na Bolívia, Equador e Venezuela, em que a esquerda permanece nos governos, a direita conquista o protagonismo novamente.

Ainda que referências às grandes ideologias políticas do século passado tenham se tornado um artigo em desuso nos discursos da última década, sendo substituídas pelo pragmatismo da viabilidade eleitoral e da governabilidade, esquerda e direita possuem conteúdos característicos que as distinguem entre si e que compõem a percepção da sociedade sobre os significados das forças que operam no espectro político. Tais conteúdos se ancoram, mesmo que fragilmente, em grandes marcos ideológicos, entretanto, adquirem significados e intensidades distintas conforme o contexto de

interpretação. Assim, as ressignificações ideológicas são inerentes à dinâmica democrática, refletindo, por exemplo, a força das transformações dos valores sociopolíticos e dos conflitos socioeconômicos de determinada sociedade, as condições de participação e contestação desses conteúdos na vida política e institucional e as soluções democráticas às contradições socioeconômicas.

Nas últimas décadas, os cientistas sociais se debruçaram mais profundamente nos estudos sobre as ideologias à esquerda, suas mutações, configurações locais e políticas públicas e a inevitável reconfiguração ideológica da direita passou praticamente despercebida. Ainda que esses trabalhos sejam extremamente relevantes para as esquerdas, compreender as dinâmicas de ressignificação ideológica da direita pode fornecer outro olhar sobre as estratégias ideológicas necessárias diante do novo contexto político regional, marcado pelo protagonismo das novas direitas na definição dos conteúdos que preenchem os significados da esquerda. Por conseguinte, o presente artigo busca identificar o conteúdo ideológico das propostas de governo de Pedro Pablo Kuczynski (PPK) nas eleições peruanas de 2011 e 2016. O candidato da direita peruana atuou no setor

privado durante a maior parte de sua vida. Foi sócio de um famoso banco de investimentos, presidente e diretor de várias empresas peruanas e multinacionais e diretor do Banco Mundial. Na seara pública atuou nos dois governos de Belaude Terry (1963-68 / 1980-85), como gerente do Banco Central peruano e ministro de energia e minas, respectivamente. Bem como, foi ministro de economia e finanças e presidente do Conselho de Ministros no governo de Alejandro Toledo (2001-06) (ZAPATA, 2016, p. 180).

Ainda que o Peru seja particularmente distinto da maioria dos países latino-americanos que de fato adentraram na *onda rosa*, especialmente dos seus vizinhos andinos, a análise do caso de Kuczynski permite observar as características e o deslocamento ideológico das propostas econômicas da direita e sua relação com a esquerda. A direita teve participação decisiva na vida política peruana, principalmente por meio da família Fujimori, entretanto, Kuczynski perdeu sua primeira eleição para Keiko Fujimori e para Ollanta Humala, que disputaram o segundo turno em 2011. Para a sua segunda e vitoriosa candidatura, portanto, reconfigurou suas propostas eleitorais durante o período em que a esquerda, por meio de Humala, governou o país. Que tipo de modificações ideológicas surgiram em tal contexto? A resposta empírica a essa pergunta permite problematizar quais fatores favorecem a mudança ideológica e, especificamente, como as mudanças correspondem a fatores esperados da disputa eleitoral em uma sociedade poliárquica (DAHL, 2005) com dinâmica consensual (LIJPHART, 2003) ou a efeitos próprios de sistemas hegemônicos, no sentido gramsciano do conceito.

O presente artigo identifica, portanto, as mudanças nas propostas da direita peruana que ascendeu ao poder e quais conteúdos se deslocaram para posições mais características da esquerda utilizando, para tanto, a análise comparativa das propostas de governo de Kuczynski nas campanhas eleitorais de 2011 e 2016. Com isso, busca contribuir com a compressão das características da direita latino-americana e com a análise dos processos de resignificação do espectro ideológico latino-americano, considerando que assim é possível observar, mesmo que indiretamente, os efeitos da hegemonia na democracia.

É importante registrar que o Peru viveu um período político conturbado devido aos casos de corrupção envolvendo as empresas brasileiras investigadas na Lava-Jato, posterior ao período aqui analisado. Odebrecht e OAS possuíam esquemas de desvio de verbas e pagamento de propinas e caixa dois semelhantes aos realizados no Brasil e tanto Ollanta Humala quanto PPK foram envolvidos. O primeiro foi preso, assim com sua esposa, em julho de 2017, e o segundo renunciou ao mandato, em março de 2018, em meio ao segundo processo de impeachment.

SIGNIFICADOS DE A DIREITA E A ESQUERDA NO ESPECTRO IDEOLÓGICO

Desde que surgiram na França do final do século XVIII, os conceitos de esquerda e direita passaram por resignificações importantes. A primeira, quando o marxismo revolucionário tomou o lugar na extrema-esquerda, que antes pertencia aos liberais revolucionários, e

redefiniu os objetivos e os principais atores políticos do capitalismo moderno. A segunda transformação significativa ocorreu com a hegemonia global do capitalismo e a terceira onda democrática. Considerando ainda, as distintas configurações locais, seus significados e ressignificações, direita e esquerda estão em constante reformulação e, portanto, continuam relevantes nas democracias liberais, contribuindo com o direcionamento das ideias e ações políticas. Ainda que subsistam dificuldades na definição das categorias, sobretudo no meio acadêmico, e que autores como Giddens (1996) e Freeden (2013), por exemplo, não considerem a díade válida para representar a diversidade ideológica das democracias modernas, não se pode desprezar a sua carga valorativa, tampouco sua relevância para o posicionamento dos eleitores (SINGER, 2002).

Bobbio (2011), por exemplo, adota uma perspectiva de distinção entre direita e esquerda que considera a atitude diante da igualdade. Isto é, a direita está mais próxima de um pensamento de que as desigualdades são naturais, e, portanto, não devem ser alvo da ação do estado. Já a esquerda, é mais alinhada a ideia de que a maior parte das clivagens são fruto de desigualdades sociais passíveis de ação política. A partir desse marco, o autor propõe uma análise da “igualdade” utilizando, pelo menos, três variáveis: “entre quem, em relação a que e com base e quais critérios” (BOBBIO, 2011, p. 113). A partir dessa verificação podem surgir inúmeras posições dentro do *continuum* direita-esquerda.

Numa abordagem distinta, Bresser-Pereira (1997) constrói o seu conceito utilizando-se das variáveis ordem pública e

justiça. Assim, a direita seria caracterizada por priorizar a ordem em relação à justiça social e a esquerda por priorizar a justiça em detrimento da ordem. Nesse sentido, observa que a direita defende um Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, e reconhecendo a soberania do mercado na vida social. Por outro lado, a esquerda confere ao Estado o papel de ator principal na redução das desigualdades sociais.

Outra perspectiva é a de Tavares (2016), o qual, a fim de minimizar os riscos de realizar uma descrição somente a partir de um critério/característica, defende uma análise a partir de uma busca do “ar de família” de cada polo da díade. Logo, propõe que sejam relacionadas características inerentes à direita e à esquerda, a fim de compreender a identidade de cada categoria. Tavares (2016, p. 48) ressalta que mesmo que seja praticamente impossível abarcar todos os atributos de cada um, ainda assim será possível a sua caracterização.

Independente da abordagem e das dificuldades inerentes, as perspectivas de Zapata (2016, p. 188) e de Meléndez (2016, p. 8), que identificam Kuczynski como integrante de uma direita tecnocrática; e de Tuesta (2017, p. 11), que o aloca como representante de uma direita liberal, são adequadas para identificar o posicionamento de PPK segundo o seu programa de governo, como será apresentado à seguir.

A VITÓRIA DE PEDRO PABLO KUCZYNSKI

A primeira vez que Pedro Pablo Kuczynski participou de uma eleição

como candidato foi no ano de 2011. Naquela oportunidade Kuczynski concorreu ao cargo de presidente da República pela *Alianza por el Gran Cambio* (que reunia quatro partidos de centro-direita), tendo sido a surpresa do sufrágio, ao ficar em terceiro lugar com quase 20% dos votos válidos. O pleito foi vencido, no segundo turno, pelo representante da esquerda Ollanta Humala (*Gana Perú*), para um mandato de cinco anos.

Após o bom desempenho obtido nas eleições de 2011, Kuczynski percebeu que poderia constituir um partido político próprio a partir da sua liderança, e no mesmo ano manifestou publicamente essa intenção (VALLE-RIESTRA, 2016, p. 87). Em 2014, Kuczynski conseguiu o registro do partido *Peruanos Por el Kambio* – PPK (INFOGOB, 2017), a partir do apoio de nomes do setor privado (operadores, tecnocratas e gerentes) e de lideranças locais. Zapata (2016, p. 182) observa que Kuczynski encarna um grupo da direita tecnocrática que poucas vezes se atreveu a se lançar na política com uma agremiação política e candidato próprios.

Novamente, em 2016, Kuczynski participou das eleições para presidente da República. Durante a campanha oscilou nas pesquisas de intenção de voto, somente se consolidando entre os primeiros após a exclusão de outros dois candidatos de grande expressão identificados com a direita, César Acuña do *Alianza para el Progreso* e Júlio Guzmán do *Todos por el Perú*.

Kuczynski recebeu a segunda maior votação no primeiro turno e no segundo, protagonizou uma disputa acirrada com a também representante de direita (clientelista), Keiko Fujimori (*Fuerza*

Popular). Num contexto de “antifujimorismo” manifesto no país, a maior parte dos candidatos derrotados decidiu apoiar Kuczynski na segunda etapa. Assim, foi eleito com 50,12% dos votos válidos, nas eleições mais equilibrada da história do país.

ANALISE COMPARATIVA DAS PROPOSTAS DE GOVERNO DE 2011 E 2016

O plano de governo apresentado por Kuczynski para as eleições de 2011 é composto de apenas 38 páginas. Divide-se em sete tópicos gerais, contendo as perspectivas para o futuro a partir de 11 metas, bem como firma 25 compromissos nos campos social, político e econômico. Além de apresentar, de uma forma genérica, algumas propostas dentro de 12 eixos de trabalho para o mandato (2011-2016).

Por outro lado, o plano de governo de Kuczynski para o sufrágio do ano de 2016 é um documento extremamente técnico e detalhado, totalizando 280 páginas. Além da introdução, divide-se nos quatro eixos temáticos, sendo cada um subdividido em outros subtemas específicos; num total de 28. Estes são abordados a partir de uma mesma estrutura: “¿Cómo estamos?” (trata-se de uma análise da atual situação), “¿Qué proponemos?” (refere-se os objetivos desejados) e “¿Cómo lo haremos?” (demonstra as ações estratégicas para alcançar os objetivos).

Os planos de governo de Kuczynski referentes aos anos de 2011 e 2016 foram analisados a partir de categorias que permitem observar a aproximação ou afastamento entre direita e esquerda dentro do espectro político-ideológico e reduzir

vieses característicos de comparações entre fontes empíricas tão desiguais. Pela limitação dos temas abordados no documento de 2011, sete categorias analíticas foram utilizadas. A partir dos resultados encontrados, sintetizou-se as principais ideias em torno da

correspondente categoria de análise. O quadro abaixo consolida os resultados apurados com o intuito de averiguar se houve algum tipo de mudança de discurso entre as propostas de 2011 para as de 2016.

QUADRO 1.
Comparação entre os programas de governos de Kuczynski de 2011 e 2016

CATEGORIA	2011	2016	MUDOU ¹
Modelo econômico	Economia de Mercado e diminuição de impostos e da intervenção estatal	Manutenção do atual modelo, com ajustes, especialmente, a partir da diminuição do estado e impostos, e pela formalização de pequenas e médias empresas	NÃO
Relação entre mercado e sociedade	Inversão privada como motor da economia, a fim de gerar, como consequência, benefícios à população por meio da capacidade distributiva do Estado	Crescimento econômico, a partir de uma liberdade do mercado, e com a ação do Estado para “distribuir” os frutos desses ingressos à população	NÃO
Relação entre Estado e Mercado	Estado mínimo na economia	Estado mínimo na economia	NÃO
Visão sobre a corrupção	Corrupção relacionada estritamente como prejuízo à economia	Corrupção como prejuízo social e econômico	SIM
Descentralização	Descentralização sob aspectos financeiros de infraestrutura, a partir do envio de técnicos dessas áreas para os demais entes políticos	Descentralização em diversos aspectos (saúde, turismo, serviços públicos, tributário etc.), com a criação do “Ministerio de Apoyo a las Regiones”	SIM
Segurança	Reativa: endurecimento das leis penais e penitenciárias e maior enfrentamento ao crime	Preventiva (acesso da população vulnerável a oportunidades educativas, esportiva, cultural e laboral, além de programas para evitar a reincidência penal) e reativa (endurecimento das leis penais e penitenciárias e maior enfrentamento ao crime)	SIM
Visão sobre valores/organização da sociedade	Conservador: família como base da sociedade	Liberal (progressista): a liberdade individual e o equilíbrio do indivíduo na relação com o Estado	SIM

Fonte: *Plan de Gobierno de Alianza por el Gran Cambio* de 2011 e *Plan de Gobierno de PPK* de 2016.

Elaboração: dos autores.

Observa-se que nas três primeiras categorias, predominantemente

econômicas, não ocorreu mudanças consideráveis entre o plano de governo de 2011 para o de 2016. Por outro lado, houve

¹ A indicação “SIM” refere-se a uma variação considerável no discurso de Kuczynski na correspondente categoria. Por conseguinte, o “NÃO” é aplicado nas situações em que não houve mudanças, ou quando foram consideradas irrelevantes, isto é, que não alteraram a ideia principal.

alteração nas propostas das quatro outras categorias de um pleito para outro. Em três delas nota-se uma modificação de uma perspectiva marcadamente econômica e reativa, para um acréscimo de políticas sociais. Ou seja, uma busca de um “equilíbrio” entre o econômico e o social. Na última categoria, percebe-se uma transformação de uma perspectiva conservadora em relação à organização da sociedade para um viés liberal.

As propostas econômicas de Kuczynski não sofreram deslocamentos ideológicos uma vez que indicam a continuidade da aplicação das medidas neoliberais implementadas nos governos de Alberto Fujimori (1990-2000) mantendo o protagonismo do setor privado no desenvolvimento do país, a plena liberdade do mercado na economia, e a configuração mínima do Estado (MONTE, 2018). Em contrapartida, nas outras categorias observa-se uma mudança importante, a perspectiva social é acrescentada às suas propostas sem se eximir igualmente do viés liberal na economia.

Na perspectiva de Freedon (2013) as novas preocupações representam a decontestação de categorias – como ocorre com a função social do Estado – no programa de governo apresentado por PPK. Tal dinâmica de ressignificação ideológica ocorre quando determinadas proposições são reinterpretadas e passam a ser incorporadas pelas forças políticas, por vezes mantendo algumas contradições com o aparato ideológico prévio. A decontestação possui fatores determinantes característicos da democracia e aponta, geralmente, para as ideologias, ou parte delas, que compõem o sistema hegemônico.

DEMOCRACIA COMO SISTEMA “PLENO” PARA CONTESTAÇÃO

Por mais que hajam outras vertentes que busquem aprimorar a democracia, como regime político – a exemplo da democracia participativa –, a democracia vigente na maior parte dos países latino-americanos, incluindo o Peru, orbita mais próximo à concepção procedimental, inaugurada, especialmente, a partir dos aportes de Schumpeter, na década de 1940. A partir de então, essa perspectiva se tornou preponderante na atual ciência política democrática (BOBBIO, 1998, p. 326). A definição minimalista de Schumpeter (1961, p. 324) que entende a democracia como “um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa)” baseada na “concorrência livre pelo voto livre” (1961, p. 323), alimenta o funcionamento dos partidos e, portanto, a dinâmica democrática.

Segundo Bobbio a democracia é baseada no respeito às “regras do jogo”, logo, “basta a inobservância de uma dessas regras para que um governo não seja democrático, nem verdadeiramente, nem aparente” (BOBBIO, 2000, p. 427). A partir dessa base, o autor afirma que “a democracia, como método, está, sim, aberta a todos os possíveis conteúdos” (BOBBIO, 2015, p. 28), desde, como dito, respeitadas as instituições e regras do jogo.

Robert Dahl, principal criador da teoria procedimental, desenvolveu sua teoria a partir do conceito de “poliarquia”, que, em suma, é um regime relativamente democratizado, isto é, dotado de caráter

inclusivo e aberto à contestação pública (DAHL, 2015, p. 31) que garante representação política as múltiplas forças sociais. Esse termo refere-se, na verdade, à “democracia real”, em contraponto à “democracia ideal” (LIMONGI, 2015, p. 11). Desse modo, a poliarquia destaca dois componentes básicos da democratização, a participação e a contestação. Para Dahl, os cidadãos devem ter a garantia de três oportunidades plenas iniciais para a promoção da democracia, a de “formular suas preferências”, a de “expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva” e a de ter “suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte” (DAHL, 2015, p. 26). A partir da instituição e do respeito a essas “preferências”, há a necessidade da existência e manutenção de, pelo menos, oito garantias institucionais para caracterizar uma poliarquia:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações.
2. Liberdade de expressão.
3. Direito de voto.
4. Elegibilidade para cargos públicos.
5. Direito de líderes políticos disputarem apoio [e votos].
6. Fontes alternativas de informação.
7. Eleições livres e idôneas.
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências (DAHL, 2015, p. 27).

Chantal (2001) destaca que, a partir dos estudos empíricos que culminaram no conceito de poliarquia, Dahl desenvolveu uma teoria democrática muito mais ampla, baseada numa visão pluralista do processo político e que o colocou entre os grandes

teóricos da democracia do século 20, ao lado de Joseph Schumpeter e Giovanni Sartori. Nesse sentido, Limongi (2015, p. 11) afirma que “Dahl contribuiu decisivamente para definir os contornos do que hoje se entende por democracia”.

Apesar das perspectivas de Dahl e Bobbio quanto à necessidade e possibilidade de contestação plena dentro de um regime democrático, as experiências democráticas reais, até o início do século XIX, possuíam limites à oposição plena (MONTE, 2017). Não obstante, tais autores desenvolveram a teoria procedimental utilizando-se da premissa – e defendendo-a – que a democracia é um regime que suporta qualquer tipo de conteúdo dentro do sistema político-ideológico, desde que respeitem as regras do jogo. Nos últimos anos, contudo, observa-se que na América Latina muitas as propostas da esquerda sofreram deslocamento ideológico para se tornarem viáveis eleitoralmente (NEGRI, 2009), se aproximando da direita, e propostas de direita parecem ressurgir não necessariamente dialogando com a esquerda do espectro ideológico, pelo contrário, algumas vezes são capazes de promover um afastamento ideológico do centro com a radicalização de propostas de direita, como o recente caso do Brasil.

HEGEMONIA COMO LIMITADOR DEMOCRÁTICO

A hipótese proposta neste artigo é de que a hegemonia influi na configuração do espectro político-ideológico, e, portanto, suas variações não decorrem apenas de um efeito centrípeto esperado nas democracias consensuais (LIJPHART,

2003). Isto é, não basta que uma democracia respeite as regras do jogo (ou democráticas) e as respectivas instituições para que haja a possibilidade plena de competição de propostas dentro de um pleito eleitoral (hipótese minimalista). A dinâmica hegemônica, pelo seu caráter totalizante, orienta os conteúdos programáticos durante o período eleitoral, especialmente no que concerne as propostas econômicas, e, portanto, influem na possibilidade plena de contestação/oposição dentro do regime democrático liberal.

Por mais que a ideologia seja um termo que possua uma grande amplitude – dado à extensão de conceitos existentes, que, muitas das vezes, são, inclusive, divergentes –, não se pode desconsiderar a sua existência, e tampouco os estudos em torno dessa temática. Esquemáticamente há um “consenso” quanto a divisão em duas vertentes teóricas da ideologia: a negativa ou a ideologia com “significado forte” e a positiva ou de “significado fraco”.

A primeira trata dos estudos da ideologia consagrados a partir dos aportes de Marx e Engels (2010), que, em síntese, pode ser entendida como uma mistificação da realidade produzida pela burguesia no sistema capitalista. Ou seja, as classes dominadas enxergam o mundo de uma maneira invertida; assumindo e vivenciando ideias falsas sobre si mesmas; permitindo, inconscientemente, a dominação pela classe dominante. Logo, as ideias e pensamentos que prevalecem na sociedade não são todos os existentes, mas sim os da classe dominante – as quais representam, portanto, as relações materiais dominantes.

No entanto, pela própria configuração dessa vertente da ideologia, isto é, dotada de um caráter “falsificador” da realidade, as análises empíricas de casos concretos baseadas nessa concepção marxista se tornam muito difíceis de serem realizadas e observadas. Por mais que seja uma teoria rica e que tem se renovado ao longo dos anos com diversos autores, as análises políticas, e, sobretudo, de planos de governo, por exemplo, restam dificultadas pela inviabilidade de uma observação social que não seja revestida em sua grande parte por uma subjetividade.

A segunda vertente da ideologia (“significado fraco”) tem suas origens no pensamento de Mannheim (1968), e é constituída a partir do reconhecimento da existência de um pluralismo de posições e concepções de mundo sem focar, a priori, nos juízos de valor e de verdade ou falsidade. Portanto, busca observar as formas constituídas e características do pensamento de um determinado grupo ou da estrutura social, ou seja, das ideias comuns, com vistas a compreender a função destas na vida social.

Essa concepção iniciada com Mannheim se torna rica ao defender a existência de um pluralismo ideológico, isto é, atesta a vigência de uma diversidade de ideologias. Tal perspectiva é de grande relevância para a teoria política, uma vez que se torna possível a construção de categorias e a observação destas dentro de determinada análise. Em outras palavras, permite-se compreender grande parte do pensamento político, como um produto de circunstâncias econômicas, sociais e históricas.

Gramsci descreve a ideologia como sendo “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no

direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva” (GRAMSCI, 1984, p. 16). Em Gramsci, o conceito de ideologia une uma concepção de mundo a uma norma de conduta correspondente a essa concepção (COUTINHO, 2011, p. 195-196), e, assim, adquire um caráter de função da vida real de organização e ação (EAGLETON, 1997, p. 107), ainda que esta possa estar em contradição³ à posição do respectivo indivíduo na sociedade (GRAMSCI, 1984, p. 20). Portanto, entende que há uma coexistência de ideologias, que, inclusive, podem interagir (GRAMSCI, 1984, p. 15).

Em relação ao Estado, Gramsci o conceitua como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil. Logo, Estado e sociedade estão interligados organicamente (COUTINHO, 2011, p. 268-269). Assim, aquele não se restringe somente à concepção de aparelho repressivo da burguesia (COUTINHO, 1992, p. 76). Em outras palavras, não basta que a sociedade política esteja nas mãos de uma determinada classe para que a sua ideologia prevaleça, pelo contrário, uma vez que “o poder da classe dominante é espiritual assim como material, e qualquer ‘contra-hegemonia’ deve levar sua campanha política até esse domínio [...] de valores e costumes, hábitos discursivos e práticas rituais” (EAGLETON, 1997, p. 106).

A hegemonia é uma categoria mais ampla que a ideologia, pois inclui esta, mas não se reduz a ela. Pode ser entendida, em

síntese, como a capacidade de unificar, por meio da ideologia, e de propiciar objetivamente a manutenção da união de um bloco social que, organicamente, não é homogêneo, senão caracterizado por grandes contradições de classe. Dessa forma, uma classe ou frações de classes se tornam hegemônicas, isto é, dominante e dirigente, quando consegue manter “unidos” grupos heterogêneos, por intermédio de ações ideológicas, morais, políticas e culturais, de forma a impedir que tais antagonismos causem uma ruptura ou crise na ideologia dominante, tendo plena consciência teórica e cultural da própria ação (GRUPPI, 1980, p. 11-70), não bastando, portanto, tão-somente o domínio do poder econômico, embora este também faça parte de um dos aspectos da hegemonia (COUTINHO, 1992, p. 36).

Assim, quanto mais a sociedade civil e a sociedade política estiverem alinhadas, a hegemonia se manterá de uma maneira mais consolidada, especialmente quando a “civil” estiver mais disseminada. Tendo em vista que há uma primazia da sociedade civil sobre a política, e, portanto, “a sociedade política reduz-se, desse modo, a um papel auxiliar e inclusive tende a integrar-se parcialmente à sociedade civil” (PORTELLI, 1977, p. 68). Logo, a ideologia dominante influi diretamente na política, ou seja, a opinião pública, nas questões político-eleitorais, possui uma considerável conexão com a hegemonia na sociedade civil.

O trabalho de Laclau e Mouffe (1987) problematiza as contribuições de

² Essa obra se refere à trechos integrais de diversas bibliografias de Gramsci, especialmente dos “Cadernos do Cárcere”, sem qualquer tipo de comentário por parte do organizador.

³ Gruppi (1980, p. 69) acrescenta que, nesta hipótese, a ação não pode ser considerada consciente, e, portanto, é incoerente, pois a ação consciente é guiada por uma concepção de mundo, unitária e crítica dos processos sociais.

Gramsci e Foucault para orientar uma estratégia ideológica que visa suplantar os limites da hegemonia liberal. Os autores propuseram buscar conceitos vazios de significado ideológico que permitissem a convergência das distintas forças populares, cujas demandas dispersas impediam a unidade necessária para a vitória eleitoral (e, necessariamente, cultural). Ainda que, teoricamente, seja capaz de reestruturar as esquerdas mantendo as suas bases ideológicas contra-hegemônicas ameaçadas pela hegemonia, a representação da unidade ideológica da esquerda se daria por meio do que Laclau (2011) denominou de razão populista, alternativa que recebeu críticas por não contribuir com a formação de uma consciência política mais profunda. Apesar de dirigido às esquerdas, a estratégia proposta corresponde a uma dinâmica de resignificação ideológica que a direita também utiliza e se diferencia da dinâmica apontada por Freeden.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM OLHAR PARA A DINÂMICA ENTRE ESQUERDA E DIREITA

Convertida à democracia e carente de opções ideológicas para ocupar o vazio deixado pelo fim da União Soviética, a esquerda inicialmente recorreu a perspectivas como a de Laclau e Mouffe (1987) para se reconfigurar ideologicamente diante da hegemonia do liberalismo e da terceira onda da democracia. No Peru, diante do segundo turno das eleições presidenciais de 2011, o programa de governo da esquerda representada por Ollanta Humala, transitou entre a “Gran Transformación”, conjunto

de propostas apresentadas no primeiro turno, e a “Hoja de Ruta”, programa de governo elaborado diante de acordos com o centro e parte da direita. No primeiro documento, as propostas pretendiam modificar o enfoque neoliberal da economia promovendo uma economia nacional de mercado, assim como, convocar uma Assembleia Constituinte para pôr fim à Constituição de 1993 e promover um Estado democrático descentralizado, participativo e pluricultural. No segundo turno, contudo, ainda que mantendo a proposta de investir em políticas redistributivas, Humala optou por não tratar das modificações no modelo econômico nem da reestruturação política.

Tal opção, que na análise das Ideologias Políticas proposta por Freeden é identificada como *decontestação*, visa reelaborar conteúdos para diminuir oposições e atingir consensos eleitoralmente viáveis, absorvendo, inclusive, conteúdos que entram em contradição com as bases ideológicas. Durante o processo eleitoral, essa dinâmica promove aparente condição de “governabilidade” e de adequação aos valores e cultura política mais amplos. Uma parte considerável da nova esquerda latino-americana utilizou este caminho para vencer as eleições e se manter no governo, especialmente em países mais desenvolvidos economicamente como o Brasil, Chile, Equador e Uruguai.

Ao refletir as condições ideológicas necessárias para a vitória eleitoral e para a governabilidade, a decontestação de conceitos da esquerda traduziu o caminho de deslocamento em direção ao conjunto ideológico hegemônico, entendido como o conjunto de ideias, valores, crenças e visão de mundo dominantes – correspondente

aos valores da classe ou frações de classes dominantes, como propõe Gramsci (NEGRI, 2003). O dilema desta estratégia é a ameaça à princípios ideológicos contra-hegemônicos da esquerda, que pode se converter em uma *direita light*, abandonando a disputa ideológica e restringindo-se apenas à disputa eleitoral e a conveniência temporária de discursos à esquerda.

Ainda que teoricamente sejam consideravelmente distintas (FINLAYSON, 2012), Freedden categoriza uma dinâmica de consenso ideológico presente na democracia e Laclau e Mouffe apresentam uma proposta para que a nova esquerda conduza a convergência ideológica pragmaticamente por meio do populismo, ambas as abordagens traduzem dinâmicas de resignificação ideológica utilizadas pelas esquerdas. Primeiramente, as novas esquerdas se aproximaram da proposta de Laclau e Mouffe para constituírem suas unidades ideológicas (com bandeiras, pautas, propostas e lideranças) comportando as contradições internas democraticamente. Após, porém, buscaram a dinâmica de deslocamento ideológico presente na estratégia da decontestação para se tornarem viáveis eleitoralmente.

Kuczynski, por sua vez, realizou a decontestação de conceitos relativos à dimensão social, entretanto, suas propostas econômicas permaneceram ideologicamente intactas. O programa de governo manteve a pauta da redução dos impostos e a agenda de diminuição do estado, argumentando que o crescimento econômico dependia da liberdade do mercado e que a ação do Estado deveria ocorrer para “distribuir” os frutos da produção à população. O Estado mínimo

na economia, as propostas de descentralização da saúde, do turismo, dos serviços públicos, tributário etc., de certa forma contrastam com o aceno social que compõe o programa. As propostas econômicas decorrem de uma leitura liberal (ainda que progressista) da economia – primando pela liberdade individual – e as sociais são reconfiguradas para indicar um equilíbrio da relação entre indivíduo, sociedade e Estado.

A resignificação ideológica do programa de PPK, ainda que não represente deslocamento ideológico, visto estar circunscrita ao social e aparentemente se manter contraditória com as bases ideológicas neoliberais, indica a aproximação com o conjunto de ideias hegemônicas que delimita o espectro direita e esquerda nas democracias. O pilar desta hegemonia pode ser sintetizado na ideia do **Estado** como derradeiro garantidor das condições mínimas para os **indivíduos** livres ocuparem seu espaço no **mercado**. A variação do papel do Estado na relação entre os indivíduos e o mercado acaba se tornando um dos pontos centrais da distinção e disputa entre esquerda e direita.

Essa delimitação das oposições ideológicas, entretanto, demonstra a restrição à esquerda, limitando os componentes ideológicos aqueles que compõem o indivíduo possessivo (MACPHERSON, 1978) característica das democracias tangidas pela hegemonia liberal e que, portanto, carecem de condições subjetivas e materiais de contestação. A oposição entre os interesses do indivíduo livre (representado pelo mercado) e os da sociedade (representado pelo Estado) é, portanto, mais crítica para a esquerda do que para a direita. A direita

não precisa se deslocar ideologicamente para a esquerda de forma a por em risco sua estrutura ideológica fundante. A sua decontestação é pontual, necessária para ampliar sua sustentação eleitoral em contextos como o peruano, mas limitada devido à contradição com as propostas econômicas.

Mesmo que a estratégia de ressignificação ideológica realizada por Kuczynski aponte para a decontestação do papel do Estado, a direita latino-americana também utiliza a estratégia proposta por Laclau e Chantal. No Brasil, por exemplo, Bolsonaro absorveu a insatisfação dos brasileiros com a democracia, com a economia e com os costumes pós-materialistas utilizando conceitos vazios, que conseguiu preencher com significados contraditórios, fragmentados e vagos, mas ideologicamente orientados. Ainda mais, foi capaz de ressignificar conteúdos da esquerda identificando-a com conceitos reinterpretados como o comunismo (estatista corrupto), a ideologia de gênero (corrompendo os valores cristãos), etc.

A composição ideológica personificada por Bolsonaro – uma figura populista de direita – possui elementos contraditórios que convivem instavelmente com o conservadorismo autoritário e o neoliberalismo, evidenciando que a estratégia ideológica, apesar de ter logrado êxito, não gerou uma síntese que satisfizesse as diversas demandas populares, apoiando-se mais firmemente na controversa figura de Bolsonaro e na sua capacidade de impor a ressignificação dos conteúdos ideológicos da esquerda do que em um conjunto ideológico homogeneizado.

Ao contrário da dinâmica de ressignificação ideológica utilizada por

parte considerável das novas esquerdas latino-americanas, a decontestação observada no programa de governo de Kuczynski não o deslocou no espectro ideológico, ainda que possa ter sido influenciada pelo governo de Humala. Isto indica certa estabilidade da configuração ideológica hegemônica. Às forças da esquerda é prioritário, diante do cenário que se desenvolve na América Latina, reconhecer os limites das estratégias de significação ideológica utilizadas e buscar reestabelecer o controle sobre os próprios processos de ressignificação.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BOBBIO, Noberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** Tradução de Mauro Aurélio Nogueira. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOBBIO, Noberto. **Democracia.** In: BOBBIO, Noberto; et al. Dicionário de política. Vol. I. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 319-329.

BOBBIO, Noberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BOBBIO, Noberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** Tradução de Daniela B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997, pp. 53-71.

CHANTAL, François. *La Polyarchie Vue de Gauche. Le moment Tocquevillien.* Raisons Politiques. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, n. 1, p. 155-191, 2001.

Disponível em:

<<https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2001-1-page-155.htm#re14no14>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

COUTINHO, Carlos. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos (org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição.** Tradução de Celso Mauro Paciornik. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FINLAYSON, A. Rhetoric and the political theory of ideologies. **Political Studies**, v. 60, n. 4, p. 751-767, 2012.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução.** Tradução de Luís Carlos Borges Silvana Vieira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

FREEDEN, Michael. **Ideología: una brevíssima introducción.** Tradução de Pablo Sánchez León. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical.** Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

INFOGOB (Perú); Observatório para la gobernabilidad. Partidos [Internet].

Disponível em:

<<http://www.infogob.com.pe/Partido/ficha.aspx?IdOrgPol=2235&IdTab=0>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

LACLAU, E. **La Razón Populista.** 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista Hacia una radicalización de la democracia.** Madrid: Siglo XXI, 1987.

LIJPHART, A. **Modelos de Democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMONGI, Fernando. **Prefácio.** In: DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição.* Tradução de Celso Mauro Paciornik. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 11-22.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia.** Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach.** Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 9ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

MELÉNDEZ, Carlos; PACHÓN, Maria Cristina. **Mi primer millón. César Acuña, el nuevo rico de la política peruana.** In: MELÉNDEZ, Carlos (ed.).

Anticandidatos. El thriller político de las elecciones de 2016. Lima: Editorial Planeta Perú, 2016, p. 43-60.

MONTE, Lucas Araújo. **Da direita para a esquerda: a resignificação do espectro ideológico latino-americano: análise comparativa do caso de Pedro Pablo Kuczynski (Peru) nas campanhas eleitorais de 2011 e 2016 para o cargo de Presidente da República.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Estudos Comparados sobre as Américas. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MONTE, Lucas Araújo. **O neoliberalismo (constitucional) no Peru: ¿o que mudou desde de a saída de Alberto Fujimori?**, Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, outubro, em línea, 2018. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/oel/2018/10/neoliberalismo-peru.html>>. Acesso em 16 dez. 2018.

NEGRI, Camilo. **Restrição de Abrangência de Conteúdos Ideológicos da Democracia: uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Estudos Comparados Sobre as Américas. Universidade de Brasília, 2009.

NEGRI, Camilo. **Restrição de abrangência ideológica da democracia e a não-consolidação de conteúdos de esquerda na América Latina.** 2003.

PLAN DE GOBIERNO. 2011 – 2016. Pedro Pablo Kuczynski. **Perú, ahora o nunca: hacia un país sin pobreza y con oportunidades para todos.** Peruanos Por el Cambio – PPK. Disponível em: <<http://www.e.elcomercio.pe/66/doc/0/0/2/5/6/256117.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2018.

PLAN DE GOBIERNO. 2016 – 2021. Peruanos Por el Cambio – PPK. Disponível em: <<http://www.ppk.pe/documentos/plandego-bierno.pdf>>. Acesso em 14 dez. 2018.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961.

SINGER. André. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994.** 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

TAVARES, Rui. **Esquerda e direita: guia histórico para o século XXI.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2016.

TUESTA, Fernando. **Elecciones competitivas y resultados imprevistos.** In: TUESTA, Fernando (Ed.). **Elecciones 2016: un país dividido y un resultado inesperado.** 1ª ed. Lima: PUCPE/Fondo Editorial, 2017.

VALLE-RIESTRA, Esteban. **PPK 2016: del sancochado al aguadito.** In: MELÉNDEZ, Carlos (ed.). **Anticandidatos. El thriller político de las elecciones de 2016.** Lima: Editorial Planeta Perú, 2016, p. 87-102.

ZAPATA, Antonio. **Pensando a la derecha: historia intelectual y política.** 1ª ed. Lima: Editorial Planeta Perú, 2016.